



Número: **0806623-62.2019.8.20.5106**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Segunda Câmara Cível**

Órgão julgador: **Gab. Desª. Judite Nunes na Câmara Cível**

Última distribuição : **30/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Processo referência: **0806623-62.2019.8.20.5106**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO AVANILSON RIBEIRO DO VALE (APELANTE)		ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (APELADO)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8719664	22/02/2021 13:39	Intimação	Intimação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Processo:	APELAÇÃO CÍVEL - 0806623-62.2019.8.20.5106
Polo ativo	ANTONIO AVANILSON RIBEIRO DO VALE
Advogado(s):	ALDENOR NUNES DE OLIVEIRA NETO
Polo passivo	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Advogado(s):	LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA

Apelação Cível nº 0806623-62.2019.8.20.5106

Origem: 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN

Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Advogada: Livia Karina Freitas da Silva (OAB/RN 11929)

Apelado: Antônio Avanilson Ribeiro do Vale

Advogado: Aldenor Nunes de Oliveira Neto (OAB/RN 13.244)

Relatora: Desembargadora Judite Nunes

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA QUANTO AO RECONHECIMENTO DA SUCUMBÊNCIA DA SEGURADORA. PEDIDO GENÉRICO POR INDENIZAÇÃO A SER CALCULADA APÓS REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. PROCEDÊNCIA TOTAL.



SUCUMBÊNCIA INTEGRAL DA SEGURADORA. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. QUANTIA FIXADA EM OBSERVÂNCIA AO ARTIGO 85, § 8º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. VALOR ESTIPULADO DE FORMA ADEQUADA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, em Turma, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, mantendo inalterada a sentença recorrida, nos termos do voto da Relatora, que integra o acórdão.

RELATÓRIO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. em face de sentença proferida pelo Juízo da Sexta Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN, que nos autos da Ação de Cobrança de seguro DPVAT proposta em desfavor da recorrente por Antônio Avanilson Ribeiro julgou procedente a pretensão formulada na inicial e condenou a seguradora a pagar a indenização no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), bem como as custas processuais e honorários advocatícios fixados no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), nos moldes do artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil.

Em suas razões recursais (ID Num. 7845564), a apelante sustenta que se mostra *“inquestionável a sucumbência mínima da apelada”*, bem como que os honorários advocatícios foram estipulados em valor elevado, desproporcional ao grau de complexidade da causa, acrescentando que devem ser fixados em para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso para que seja reformada a sentença.

A parte adversa apresentou contrarrazões pugnando pela manutenção da sentença (ID Num. 7845569).



Com vista dos autos, a Procuradoria de Justiça declinou de sua intervenção no feito ao argumento de ausência de interesse público (ID Num. 7898820).

É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade conheço da Apelação Cível, que se limita ao exame da condenação da seguradora em custas processuais e honorários advocatícios, bem como quanto ao valor desses últimos, o qual requer a seguradora apelante vê-lo minorado.

De início, cumpre destacar que não merece razão a discussão acerca da sucumbência da requerida, ora apelante, reconhecida pelo Juízo de origem.

Com efeito, infere-se da inicial da demanda que o pedido não especifica a quantia pretendida, apenas requerendo a condenação da seguradora no pagamento da *“diferença entre o valor já adimplido administrativamente e a porcentagem de invalidez apurada por perícia médica”*, sendo certo que o pedido genérico encontra permissivo legal no artigo 324, §1º, II, do Código de Processo Civil especialmente no caso em exame, onde não é possível determinar as consequências do acidente de trânsito que somente seriam aferidas após a realização de perícia.

Logo, queda-se indiscutível que não houve sucumbência por parte do autor, pois sua pretensão foi reconhecida, sendo integralmente ônus da seguradora, portanto.

Em outro ponto, observa-se que o magistrado de primeiro grau fixou os honorários advocatícios em R\$ 700,00 (setecentos reais), com fulcro no artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil, não havendo obrigatoriedade de fixação entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, sendo o montante estipulado adequado para fins de remunerar o trabalho realizado pelo advogado da parte autora de forma justa, observando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estando em harmonia com os seguintes julgados desta Segunda Câmara: AC nº 0814056-54.2018.8.20.5106, Rel. Des. Virgílio Macêdo Jr., julgado em 15/07/2020 (fixou em R\$800,00) e AC nº 0842113-72.2019.8.20.5001, Rel. Des. Judite Nunes, julgado em 12/08/2020 (fixou em R\$700,00).

À vista do exposto, nego provimento ao recurso, mantendo inalterada a sentença impugnada.



Por conseguinte, majoro os honorários advocatícios para R\$ 800,00 (oitocentos reais), na forma do artigo 85, §11, do Código de Processo Civil.

É como voto.

Natal/RN, de janeiro de 2021.

Desembargadora Judite Nunes

Relatora

Natal/RN, 26 de Janeiro de 2021.

